

Sarney: político, escritor, presidente

Seu Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade e sem liberdade o homem é apenas uma aspiração a engordar." José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, de fato conhecido como José Sarney Costa, pronunciou este diagnóstico da democracia em 1976, no Instituto dos Advogados do Brasil, quando se comemoravam os 150 anos do Senado. Já então defendia, como advogado, jornalista e, acima de tudo, político, a estabilização, no Brasil, da força do Legislativo. Hábil e persistente na sua opção, o hoje Presidente da República desde muito cedo se equipou para exercer um papel de liderança no processo político brasileiro dos últimos 30 anos. Passando, quase sempre vitorioso, pelas instabilidades do regime, aderiu, logo nos começos da vida pública, ao que definiu como a **dinâmica da política**.

Estudante — como tantos outros — radical e inflamado pelas questões sociais, chegou a ser preso em São Luís do Maranhão (é natural de Pinaré neste mesmo Estado), quando participava de um comício contra a ditadura de Vargas, exatamente no dia em que as tropas aliadas desembarcavam na Europa, na 2ª Guerra Mundial. De jovem ativista, evoluiu para a consciência política e entrou na ação partidária, em 1950, aos 20 anos. Apoiou a candidatura do jornalista e escritor Franklin de Oliveira a deputado federal pelo PSD maranhense. Quatro anos mais tarde, ingressa definitivamente na carreira e obtém a primeira suplência pelo mesmo partido, cujo cacique, no Maranhão, era Vitorino Freire. Mas a trajetória acidentada, ou, como prefere Sarney, a dinâmica da política, o leva a romper com o PSD e entrar na UDN. Zeloso de seus ideais reformistas de jovem — daí uma antiga fama de certa tendência "esquerdizante" —, alia-se ao que se consagrou como a bossa-nova da UDN. Em 1958, o já então líder com grande potencial de retórica — escritor e poeta — se faz presente na Câmara Federal e é reeleito no período seguinte.

Consolida-se, de 1958 a 1966, sua habilidade e a queda pela política: preside a UDN, chega a vice-líder na Câmara e um dos líderes da bossa-nova do partido. A passagem para a Arena, após 1964, se dá com naturalidade. Por isso, não lhe foi difícil chegar a governador do Maranhão, na última eleição direta do período revolucionário. O que foi penoso, sim, foi enfrentar o primeiro obstáculo sério, um atentado em um comício, em 1966, no ano seguinte à sua eleição. Não fosse a popularidade e um "débil mental" (assim declarado pela Justiça) o teria esfaqueado. O povo, presente ao comício em que Sarney defendia o Nordeste, desarmou o esfaqueador e quase o linchou. José Sarney se mantém fiel à plataforma de estudante na defesa do desenvolvimento do Nordeste e, diante de um corte de verbas, da ordem de 70%, na Sudene, faz às vezes de um oráculo em praça pública: "Se surgir um novo Juliano no Nordeste, será fardado de general ou estará metido numa batina de bispo". (São Luís, 1967).

As festas não paravam mais ao homenagear o fim do governo Sarney no Maranhão, em 1970. O jornal **Estado de S. Paulo** assim resumia o saúdo do governador: José Sarney havia transformado o Maranhão oligárquico, dizimado por anos e anos de corrupção e inépcia, em um novo Maranhão. A guerra política local, no entanto, procurava ofuscar o brilho da festa. As divisões dos caciques exploravam acusações e defesas contraditórias, mas, de qualquer forma, outro dado concreto parecia reforçar o prestígio do político — deixa, de seu governo, mil quilômetros de rodovias no Maranhão. O Brasil, nesse momento, se apoiava, entre outros milagres, na expansão rodoviária.

José Sarney, por sua vez, dá um pulo de mais de mil quilômetros: sua atenção, embora publicamente voltada para o Estado natal, no fundo acalentava o sonho maior, o de Brasília. O Congresso e o partido governista, a Arena, lhe serviam de caixa de ressonância para as inflamadas campanhas. Se não insistia mais vigorosamente em reformas de base —

perigosamente associadas à era João Goulart — pelo menos mantinha o discurso liberal no que se refere à defesa das instituições políticas. Por isso, ousa. Não se confronta com o Ato Institucional nº 5, mas analisa-o como transitório diante das críticas ferozes do MDB. Sarney se qualifica publicamente como um parlamentar liberal. Em 1972, reforça, com suas palavras, o outro pé — o que mantinha bem enraizado no regime: "A Revolução somente tende a marginalizar aqueles que formaram sua participação política na velha ordem do caciquismo e não os que se fizeram no trabalho e na luta pela justiça social."

Um passo para cá, outro para lá no difícil equilíbrio político dos anos 70. Diante da Censura no **Estado de S. Paulo**, vem ao encontro do jornal, em 1973, defende-o e aproveita para defender também a imprensa livre. Entre os elogios dirigidos ao **Estado**, tapa com luva de pelica nos desmandos do governo de São Paulo, adverte que este é "um jornal que está na história do Brasil pelos inúmeros serviços prestados ao País". Em 1974, porém, encontra uma outra eficiente arma de combate na construção de seu perfil político. O senador da Are-

porém, não contorna o conflito entre Sarney e Ulysses Guimarães, líder do MDB. Acusa-o de radicalismo.

As nuvens vêm também do Maranhão. Os inimigos políticos não dão trégua às acusações, muitas vezes pesadas no âmbito da corrupção durante o período em que governou o Estado. Tenta, num esforço além de suas reservas de maranhense comprometido com as antigas estruturas políticas, fazer a conciliação entre oposição e governo. Nunca o conseguiu. Era mais fácil lidar com a "política dinâmica" nacional que com a de sua terra natal. Era-lhe muito proveitoso, no confronto, por exemplo, com Paulo Brossard, virar o feitiço contra o feiticeiro e, diante das críticas do senador gaúcho, perguntar dramaticamente: que ditadura é esta que permite tais críticas? José Sarney, em Brasília, nunca perdeu a oportunidade de proclamar a imaturidade da oposição, que considerava despreparada para assumir o poder.

O **Estado de S. Paulo** pegou-o em flagrante, em 1977. Numa nota, intitulada "Assembléia dos Ratos", adjetiva a crítica de Sarney à oposição: "Prefere o senador e reputa-a fundamental para o Sistema, uma oposição analítica. Analítica e raquítica;

a democracia baseada na pluralidade. Não pesavam — o que a oposição destacava — outras prioridades. Com os ataques da oposição, no entanto, sabia lidar muito bem. Volta e meia vinham os piores, os do Maranhão. No mesmo ano de 1977, invadem suas terras e ele, defensor, em tempos idos, da desapropriação dos latifúndios por parte do Estado, entra na Justiça contra os invasores de sua fazenda no Maranhão.

José Sarney sempre soube sair-se bem, no plano verbal, das contradições. A falência das ideologias lhe serve como discurso em 1978. Para ele, não há mais, no mundo ocidental, espaço para partidos ideológicos. Só uma saída: a existência de partidos não ideológicos em condições de operar o poder. Prepara-se o que, logo depois, seria a estratégia do pacto político. Com essa missão, o ex-presidente João Figueiredo o segura no Senado e não é escolhido para outra vez governar o Maranhão. Encaminha-se à presidência da Arena.

Após novo tropeço — em dezembro de 78, cotado para ministro do Interior, perde esse degrau —, chega à presidência da Arena com a proteção acintosa de Figueiredo. Não era membro do Diretório Nacional, arru-

mo. Define assim seu quadro pluripartidário: um partido de centro, de apoio ao governo, sem carga ideológica; um outro populista, que seria o trabalhista; um à esquerda, ideológico, o MDB; e um conservador, de direita, que absorveria os setores mais radicais da Arena. Se a realidade não se comporta conforme este projeto político, pelo menos Sarney consegue incendiar a polémica. Muito mais feroz dentro da própria Arena. Novos inimigos e novos fogos cruzados: desenterram até o empurrão que Figueiredo dera para que entrasse no Diretório Nacional e pudesse assumir a presidência do partido do governo. Tentam derrubá-lo, mas não é desta vez.

Nada como a poesia para aliviar os pulmões da retórica da política. Advogado formado em São Luís do Maranhão, jornalista e escritor já bem inserido nas instituições literárias de seu Estado, com livros publicados e livros inéditos na década de 50, colaborador dos suplementos literários do Nordeste, Sarney, ao lançar um livro de poesia ("Maribondos de Fogo") no Rio de Janeiro, em 1979, confessa: "A política precisa ter um pouco de poesia." Talvez um dos seus alentos para prosseguir na car-

em 1976, que vem à tona nessa época da entrada na ABL e permanece na gaveta. Trata-se do projeto de incentivo à cultura, através de dedução no imposto de renda. O líder do PDS fica também mais manso com o aguerrido opositor, até acha Ulysses Guimarães, em uma visita que lhe faz, um "grande homem público". Sarney prossegue as aproximações: PP e Tancredo Neves, Brizola, PT, PDT. Configura-se sua principal obra, que não é a literária: propõe, explicitamente, o pacto de transição entre os partidos. Em fevereiro de 1981, outro passo cauteloso: defende as eleições indiretas para 1984, reforma da Constituição, sim, Constituinte, não. Nega veementemente a implosão do PDS que, em 1981, já andava com febre alta.

CHECK-UP EM SÃO PAULO

Na tribuna, em defesa da política econômica de Delfim Netto; no Parlamento, negando qualquer ameaça de retrocesso na proclamada abertura — José Sarney chega ao limite de sua saúde, mas, mesmo assim, antes de ser hospitalizado por hipertensão, afirma com o vigor que lhe restava: "Meu caso não é estar; é permanecer." Em janeiro de 1982 é obrigado a se recolher ao Instituto do Coração de São Paulo e passar por rigoroso check-up. Liberado do hospital, volta discretamente como quem se recupera do cansaço, mas se envolve em seguida com a revisão da Lei Falcão, com a reforma da Constituição e, acima de tudo com o trabalho de garimpo para fazer brilhar a imagem forte do presidente João Figueiredo.

O incansável pregador se vale do púlpito político para defender uma mudança no tratamento das questões econômicas. Advoga a era dos políticos e futura a crise econômica de 1983 para apontar para a união da classe. O PDS está pronto, segundo ele, para o diálogo. Inflexível num ponto: mudanças já, impossível. A 23 de outubro de 1983 admite diretas para presidente, mas não na sucessão de Figueiredo. O PDS está firme na vitória no Colégio Eleitoral e as "patrulhas da oposição" atrapalham "o diálogo entre partidos". No fim desse ano, Sarney aflora seu desânimo. Muda o humor quando o precisa de coordenar a escolha do sucessor. Sem o apoio de Figueiredo, é impossível — desabafa o líder político. Lúcido da enxurrada ladeira abaixo, em janeiro de 84, Sarney afasta a possibilidade de se candidatar à vice-presidência pelo partido do governo. Sob a alegação, declara, de não agravar ainda mais as dissensões internas do PDS.

O homem de família — tão heróicamente camuflado — sofre um profundo abalo na campanha das diretas. Seu filho, o deputado José Sarney Filho (PDS, MA) ameaça e cumpre: um voto a favor da emenda Dante de Oliveira. Difícilmente Sarney ficaria na presidência do PDS depois desta contradição familiar. Mas Figueiredo ainda uma vez sustenta a bola no ar, não aceita a renúncia. E mais: Sarney e Marcelo Dias assumem a disputa pela Vice-presidência. Últimos suspiros de uma agonia que vinha de longe. A 12 de junho, José Sarney dá seu mais ousado lance político: renuncia à presidência do PDS, ao perceber que a Comissão Executiva Nacional do partido não aprovaria a realização de uma prévia eleitoral e a pressão maísta havia falado mais alto.

José Sarney renasce em nova Frente, a Liberal. Dizem até que, nesse momento, foi o fim da Aliança Democrática. Ulysses Guimarães e José Sarney dão as mãos no consumado pacto que se anunciara antes. Um sopro de juventude e o inflamado maranhense se sente como nos tempos bossa-nova da UDN. Podia até retomar o debate da reforma dos costumes políticos. A sucessão precisa conciliar o País — palavra de ordem da transição para a Nova República. Os partidos, sim, fracassaram, dizia ele há tempo. O batizado acontece na praça pública, seu lugar favorito além da tribuna, quando, em agosto de 84, filiado ao PMDB, candidato a vice-presidente de Tancredo Neves, ninguém o valia. Lá no seu íntimo, deveria estar pensando: a política é, realmente, dinâmica.



O BRASIL SEM TANCREDO

O juramento no 15 de março. No domingo, diante do Ministério, o discurso de Tancredo

na se faz arauto da distensão. Diz, com ênfase: não pode haver crescimento econômico sem desenvolvimento político. Não está, então, nem um pouco preocupado com a hipótese de o MDB vir a chegar ao poder. Insiste, no entanto, que a expectativa de alternância faz parte do jogo político.

O SOL SE ENCOBRE

Por instantes, uma nuvem tolhe o brilho da carreira. Em 1975, cogitada para substituir Petrônio Portela na presidência da Arena, se frustra com a não realização desse avanço no currículo. Continua a pregar a institucionalização, torna-se o portavoza da distensão irreversível: o Brasil, segundo Sarney, chegara à maturidade e Geisel o percebera. Paralelamente, reforça, em suas declarações, o bipartidarismo. Instituições políticas reforçadas; considera, mesmo através de dois partidos, que "a distensão não é uma dádiva, mas uma necessidade do Estado. Por isso, ela é irreversível e não parou, continua" (14 de junho de 1975). Essa distensão,

analítica e quietinha". Ainda em 77, chega ao fundo da taça e destila seu fel: "A democracia está difícil no Brasil, porque há um complot de radicais ensinando a desaprendê-la". O senador condena, nesse momento, a idéia de Constituinte "como antigo hábito do Partido Comunista", bem como os que "querem jogar no caos, o que além de ser impatriótico, é inteiramente impossível e irrealista, meras especulações do pessimismo festivo".

Para aliviar um pouco a carga central, o político agarra outras causas no caminho. Como a do divórcio. Também aí não se mostra radical: afinal, divórcio sim, mas segundo casamento fácil, não. Para que o divorciado reconstituísse o lar, segundo o projeto de Sarney, era necessário provar em juízo que estava em dia com as obrigações alimentares decorrentes da primeira união. O voto distrital, sempre no bolso do colete, era outra de suas plataformas nas horas vagas, na defesa da distensão. Para ele, o voto distrital asseguraria

maram-se as coisas à custa de renúncias e abertura repentina de vaga. Em janeiro de 79, estava no posto de liderança da Arena. Não perde tempo como artífice do pacto político: elogia a oposição, que deixa de ser despreparada, imatura. Empenha-se, com todo o fôlego, no fortalecimento da Arena, prega um novo partido, com unidade, compacto. Em 12 de março de 1979 declara: "A Arena será governo na sucessão de Figueiredo."

PROGRESSOS À VISTA

O ano da graça de 1979 exige tarefas de Hércules: o presidente da Arena defende as eleições diretas para governador, trabalha para neutralizar a impopularidade do regime, legitimar o governo, casar o país real com o país formal, defende como lícita a alternância no poder, analisa as greves do ABC como um estouro previsível da concentração do "bolo", anuncia o fim do ciclo punitivo e a oportunidade da anistia para os exilados, volta, de vez em quando, ao voto distrital, sua velha paixão, deixa o "maniqueísmo" do bipartidaris-

reia política. Logo no começo de 80, iria enfrentar outra derrota: perde mais um ministério, o da Justiça. A roda não pára. Em fevereiro, já presidente do PDS, nova roupa da Arena, vem a São Paulo para a solenidade do lançamento do partido, numa festa em que Maluf quer demonstrar força e, por ironia do destino, ataca o opositor: Tancredo Neves, senador pelo PP, é, segundo ele, injusto e grosseiro. Isso porque Tancredo acusara a administração do País de ser omissa e incompetente. O que estimula o líder do PDS a reforçar seu partido em Minas, para que ganhe a qualquer custo.

A literatura serve mesmo como um colírio para Sarney em 1980. Um fardão para o PDS, disseram ironicamente os insatisfeitos com a disputa com o escritor paulista Orígenes Lessa que perdeu para o político maranhense a cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras, que pertencera a José Américo de Almeida. Sarney fica exultante e, a partir daí, dá força total a um ideal de 1972, engavetado